



**RICARDO JOEL DIAS  
GONÇALVES DA  
COSTA**

**A CONTABILIZAÇÃO DAS PROVISÕES E  
CONTINGÊNCIAS**



**RICARDO JOEL DIAS  
GONÇALVES DA  
COSTA**

**A CONTABILIZAÇÃO DAS PROVISÕES E  
CONTINGÊNCIAS**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Jorge Manuel da Rocha São Marcos, Professor adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

## **O júri**

Presidente

Professora Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo  
Equiparada a Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e  
Administração da Universidade de Aveiro

Orientador

Professor Doutor Jorge Manuel da Rocha São Marcos  
Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da  
Universidade de Aveiro

Arguente

Mestre Helena Maria Santos de Oliveira  
Professor do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

## Agradecimentos

A todos os colegas e amigos que me apoiaram e incentivaram à realização deste trabalho científico, estando sempre disponíveis para colaborar quer fosse na busca de material específico, quer fosse na procura de recursos humanos com experiência na matéria, ou em alguns casos no simples exprimir de uma palavra de apoio em alturas de maior desânimo.

Ao Professor Jorge São Marcos, orientador da dissertação, agradeço o apoio, a partilha do saber e as valiosas contribuições para o trabalho, e pela constante disponibilidade manifestada.

Ao longo e após a conclusão da minha licenciatura, tive oportunidade em diversas ocasiões de estar presente em várias formações relacionadas com a minha área de formação. Nessas situações pude aprender com alguns dos melhores académicos da área da contabilidade e fiscalidade, pessoas essas que pela paixão que transmitiam pela profissão, me inspiraram a aprender o gosto pela contabilidade, e todos os ramos que se lhe encontram próximos. A essas pessoas o meu profundo agradecimento. Sonho o dia em que eu próprio possa ser inspiração para gerações vindouras.

Àqueles que me proporcionaram o desenvolvimento prático do pouco saber académico, especialmente ao meu empregador actual a “Somengil, S.A.”, na pessoa do seu administrador, Tony Ventura, pelo ambiente salutar e pela disponibilização de todos os meios que até agora necessitei.

Sou muito grato a todos os meus familiares pelo incentivo recebido ao longo destes anos. Aos meus pais José e Elvira agradeço tudo o que por mim abdicaram, para que nada me faltasse.

O meu sincero e sentido agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para a concretização desta dissertação, apoiando-me intelectual e emocionalmente.

A todos o meu mais profundo e emocionado muito obrigado.

**Resumo**

A harmonização contabilista assumiu na última década e meia o maior desafio para todos os responsáveis políticos e técnicos relacionados com a área da contabilidade. Tal desafio tem na sua génese o forte movimento expansionista e de globalização dos mercados, na sua definição mais lata.

O surgimento de um novo sistema de normalização contabilística em Portugal, através da incorporação de diversos normativos emanados pela União Europeia (UE), com forte influência do *International Accounting Standards Board* (IASB), leva-nos a procurar a análise das diversas alterações provocadas pela introdução destes novos normativos. A existência de novos conceitos, e a necessidade de incorporação de novas formas de entender a contabilidade, possibilita que se possa, e deva, dissertar sobre vários temas vertidos nas novas normas.

Com base nesse pressuposto, escolhemos a área das provisões e contingências como base deste trabalho científico.

O estudo assenta fundamentalmente na análise que dois normativos, Plano Oficial de Contabilidade (POC) e Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 21, comparando e identificando as principais diferenças entre estes normativos. Para tal será essencial proceder a um estudo de percepção da evolução histórica na temática em questão.

Por fim tentar perceber quais os impactes mais significativos que irão ocorrer com as alterações em causa, ao nível das demonstrações financeiras e do relato financeiro, e ainda um breve passagem pela problemática fiscal.

**Keywords**

Provisions, contingencies

**Abstract**

In the last fifteen years, accounting harmonization has been considered the greatest challenge for all politician and technical accounting responsables. Such challenge has the strong expansionist movement and market globalization as genesis, in its general definition.

The emergence of a new of accounting standard system in Portugal through the incorporation of several legislative measures emanating from the EU, with a strong influence from the IASB (International Accounting standards Board), led us to study the analysis of the various changes caused by the introduction of these new regulations. The existence of new concepts, and the need to incorporate new ways to understand accounting, enables the possibility and “obligation”, to speak on various topics poured into new standards.

On that basis, we have chosen the provisions and contingencies subject in support of this scientific work.

The study is primarily based on analysis that these two provisions, POC and 21 NCRF, comparing and identifying the main differences between these standards.

To proceed with such analysis, it will be essential to carry out a perception study of the historical evolution of the issue.

Finally, we will identify the main impacts that shall occur with the harmonization, particularly on the financial statements, financial reporting and also throughout the tax issue.

## **Lista de abreviaturas**

AA – Amortizações e Ajustamentos

ABDR – Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

CEE – Comunidade Económica Europeia

CIRC – Código Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

DC – Directriz Contabilística

DF – Demonstrações Financeiras

DL – Decreto-lei

DR – Demonstração de Resultados

EC – Estrutura Conceptual

EM – Estados Membros

IAS - International Accounting Standards

IASB – International Accounting Standards Board

IASC - International Accounting Standards Committee

IFRIC - International Financial Reporting Interpretation Committee

NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro

NIC – Norma Internacional de Contabilidade

POC – Plano Oficial de Contabilidade

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

UE – União Europeia

## Índice

Introdução .....	3
1. O processo de harmonização .....	6
1.1. Harmonização Comunitária.....	8
1.2. Harmonização Nacional .....	9
2. Normativos que comportam a matéria de provisões e contingências.....	17
2.1. Plano Oficial de Contabilidade.....	18
2.2. Norma Contabilística e de Relato Financeiro 21.....	24
2.2.1. A Norma – Objectivos, âmbito e definições.....	25
2.2.2. Reconhecimento .....	28
2.2.3. Passivos Contingentes .....	32
2.2.4. Activos Contingentes.....	34
2.2.5. Mensuração.....	36
2.2.6. Aplicação das regras de reconhecimento e mensuração.....	38
2.2.7. Divulgações .....	41
2.2.8. Exemplos práticos.....	44
3. Estudo comparativo POC/NCRF 21.....	51
4. Principais impactos no relato financeiro .....	56
5. Análise aos impactos fiscais (NCRF 21).....	60
Conclusão .....	63
Bibliografia.....	65



## **Introdução**

Com a constituição da União Europeia (UE), antiga Comunidade Económica Europeia (CEE), o seu tratado constitutivo, o Tratado de Roma, no seu art.º 2º, define a imperatividade de convergência das demais legislações nacionais dos países membros, que aliada a outras medidas, permitiam garantir a comparabilidade da informação financeira prestada por diversas organizações, perseguindo critérios de transparência e harmonização, tendo como objectivo principal o desenvolvimento da actividade financeira dos Estados Membros (EM).

É nesse mesmo âmbito que ganha força a problemática da harmonização contabilística. Após um processo que será posteriormente desenvolvido, foi em Setembro de 2009 aprovado e publicado o novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), deixando para trás o “velhinho” Plano Oficial de Contabilidade (POC), publicado em 1977, e que teve a sua última reformulação em 2005<sup>1</sup>.

O assunto da “harmonização” assume especial destaque, quando visto sobre a perspectiva da globalização dos mercados. Esta, forçou de forma irreversível a que se iniciasse o processo de cariz universal que pensamos no futuro permitir a comparabilidade da informação financeira. Todos os indícios indicam que será esse o caminho. A necessidade de informação comparável, a isso o obriga.

A contabilidade vive assim em Portugal o início de um novo ciclo, ciclo esse que exigirá dos diversos intervenientes, como são os políticos, legisladores, académicos, profissionais da área, entre outros, uma nova dinâmica, a necessidade de reciclar conhecimentos e sobretudo reformular correntes de pensamento.

---

<sup>1</sup> O primeiro POC-77 foi aprovado pelo Dec.-Lei n.º 47/77 de 7/2. O POC-98 foi aprovado pelo Dec.-Lei n.º 410/89 de 21/11, e alterado pelos Dec.-Lei n.º 238/91 de 2/7, Dec.-Lei n.º 29/93 de 12/2, Dec.-Lei n.º 127/95 de 1/7, Dec.-Lei n.º 44/99 de 12/2, Dec.-Lei n.º 79/2003 de 23/4, Dec.-Lei n.º 88/2004 de 20/4 e Dec.-Lei n.º 35/2005 de 17/2.

O novo SNC foi elaborado com base nas Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), adoptadas pela União Europeia, e também estas com origem nas *International Accounting Standards* (IAS) criadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Importa referir que uma grande maioria do normativo nacional criado nos últimos anos em ambiente POC, nomeadamente as Directrizes Contabilísticas (DC), teve já na sua base a convergência de regulamentação com que havia sido feito pelo IASB. Para além disso na ausência de regulamentação nacional, e para registo de determinadas situações, o mesmo, «fazia remissão para o normativo internacional.

No que concerne à temática em estudo, as provisões e contingências, foram sofrendo algumas alterações paralelamente às alterações ocorridas no POC.

Já em 1998, o IASB publicou em primeiro lugar, em Agosto de 1997 a ED 59 – Provisões, Passivos Contingentes e Activos contingentes, e, posteriormente, em Setembro a norma definitiva sobre provisões e contingências, a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Activos contingentes, sendo esta, um ponto de viragem no estudo destas temáticas e tendo estado também na base da criação de NCFR 21, inserida no SNC.

O relato financeiro relacionado com as situações de riscos e incertezas, encaixa nessa mesma norma, baseando-se em provisões, passivos contingentes e activos contingentes.

Em Portugal estudos comprovam que muitas organizações não dão ênfase a esta problemática, sendo que na maioria dos casos, esta não é sequer relevada. Oliveira (2007, 19) sublinhou que “... a IAS 37 não é cumprida, uma vez que o facto de divulgar quer provisões para riscos e encargos, quer passivos e activos contingentes, não tem em conta os critérios de reconhecimento da norma. Além disso os procedimentos de divulgação nem sempre são cumpridos.”

Desde Janeiro de 2010 existe no normativo nacional um norma exclusiva para esta temática, a NCRF 21 – Provisões, passivos contingentes e activos contingentes. Pensa-se

que a sua aplicação, poderá assim ser alargada, visto que a informação estará mais próxima de quem prepara a informação financeira. Para além disso o crescendo de preparação académica dos mesmos, bem como a pressão exercida pela comunidade académica, poderão dar um contributo muito valioso para a persecução de tal objectivo.

Gostaríamos assim que este trabalho científico fosse mais um instrumento que pudesse auxiliar essa mesma missão, tentando que o mesmo assuma um cariz académico, para percepção das bases teóricas desta temática.

Assim, contamos analisar:

- i) O normativo legal cessante, o POC;
- ii) O novo normativo, a NCRF 21;
- iii) Comparação entre ambos;
- iv) Os impactos em termos de relato financeiro;
- v) Os impactos fiscais.

O objectivo fulcral será centrado em procurar explanar de uma forma objectiva e clara a comparação entre os normativos, e ainda tentar evidenciar de forma prática essa mesma comparação. Para tal será necessário expor diversos conceitos, subjacentes a esta temática, nomeadamente os que se encontram vertidos na NCRF 21.

## **1. O processo de harmonização**

Os objectivos traçados na introdução, terão forçosamente de passar pelo enquadramento acerca da transição de normativos, nomeadamente do POC para o SNC.

O processo de harmonização fica sem dúvida marcado pela lentidão em relação àquele que era esperado ser o seu decurso natural. Inicialmente verificaram-se excessivas demoras no processo de criação de directivas. Para além disso o processo de transposição para os normativos nacionais foi também extremamente moroso. Tal situação provoca, e provocará ainda nos anos vindouros, uma inércia no que diz respeito à análise e acompanhamento dos desenvolvimentos que forem acontecendo nos mercados e na economia em geral.

Como aspectos mais positivos devemos constatar a mais-valia em termos de visibilidade no seio da contabilidade. A difusão dos novos normativos, bem como o alargamento da obrigatoriedade de divulgação de informação financeira, relativa a contas individuais e consolidadas, o impulso para a criação e reestruturação de comissões de normalização contabilística e associações profissionais, o impulso á criação de estudos empíricos, são factores de congratulação no seio da área da contabilidade.

Importa aqui abrir um parêntese, com o intuito de diferenciar dois conceitos, o de harmonização e o de normalização. Embora se tratem de conceitos convergentes, quando se faz referência a harmonização o seu significado está associado com a comparabilidade de práticas contabilísticas, bem como todos os efeitos que lhe estão inerentes, por sua vez o conceito de normalização refere-se à elaboração de normativos, com determinados intuitos, ou seja, neste caso “normalizasse”, com o objectivo de “harmonizar”.

Quando inicialmente se deram os primeiros avanços na temática da normalização, surgiram enormes barreiras de discussão, levando a que tais avanços fossem apoiados sobretudo pelo IASB. Muitos outros organismos tiveram um papel importante no processo em causa, no entanto o contributo dado pelo IASB foi preponderante.

Assim, no plano conceptual a UE e o IASB, através da partilha dos mesmos objectivos, congregaram esforços, sendo que parece evidente que de outra forma seria quase impossível. Desta medida resultaram diversos compromissos assumidos pela UE, no sentido de elencar à totalidade das sociedades comerciais os normativos em causa, ficando definidas exigências de diferenciação em função da dimensão das empresas, fazendo distinção também entre contas individuais e consolidadas.

Importa no entanto referir que a criação das normas em Portugal ou outro Estado da UE, não foi linearmente feita através de uma cópia às normas e princípios adoptados pelo IASB. As normas do IASB não consideram a relação que se verifica entre a contabilidade e a fiscalidade de cada Estado. Tal facto seria impensável no âmbito comunitário. Nesse sentido ainda não é possível uma harmonização contabilística completa, não descurando o importante trabalho do IASB na concepção das IAS / *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC).

O legislador comunitário viu-se assim obrigado a não proceder a normas rígidas, não rejeitando as soberanias dos diversos EM.

Num cenário de negociação entre os diversos EM, não resta outra solução que não seja o de harmonizar, sendo fácil de concluir que o estabelecido entre a UE e o ISAB se torna uma consequência lógica da evolução registada, deixando margem para que possam ser estabelecidos acordos pontuais, nomeadamente em temas que ponham em causa a soberania e a independência de cada EM, e que os mesmos têm como inegociáveis.

### **1.1. Harmonização Comunitária**

Nos últimos cerca de quarenta anos, a UE produziu diversas normas, de entre as quais de destacar as Directivas 78/660/CEE (4ª directiva) e 83/349/CEE (7ª directiva), cujo objectivo se centra na definição de um conjunto de normas sobre a estrutura e conteúdo das Demonstração Financeiras (DF) individuais e consolidadas das empresas dos EM.

Já em 1995, a Comissão Europeia publicou um documento sob o tema “Harmonização contabilística: uma nova estratégia relativamente à harmonização internacional”, com o objectivo de promover a consciencialização sobre a problemática das DF uniformes, nos diversos EM, problema este para as empresas de grande dimensão que se encontravam a operar em mercados de capitais internacionais.

Posteriormente em 2003 é publicada a directiva nº 2003/51/CE, do Parlamento Europeu e do Concelho, de 17 de Junho, que altera as directivas 78/660/CEE, 83/635/CEE e 91/674/CEE, obrigando algumas empresas, a preparar as suas DF de acordo com as IAS/IFRS, produzidas pelo IASB<sup>2</sup>, dando início à revolução no processo harmonizativo. Poder-se-á considerar que esta foi o ponto de viragem, um novo ciclo começara no seio contabilístico europeu.

---

<sup>2</sup> Organização criada em 1973, inicialmente designada de International Accounting Standards Committee (IASC), em resultado de um acordo entre associações profissionais da Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, França, Holanda, Japão, México, Reino Unido e Irlanda. Em 2001 o IASC deu lugar ao IASB. As IAS foram emitidas pelo antigo IASC, sendo que as IAS se mantêm em vigor até que sejam revogadas pela emissão de novas normas, agora com a designação de International Financial Reporting Standard (IFRS).

## **1.2. Harmonização Nacional**

Em 2005, o DL n° 35/2005, de 17 de Fevereiro, transporta para a legislação Portuguesa a directiva 2003/51/CE, decorrendo da possibilidade prevista no regulamento (CE) n° 1606/2002 de 19 de Julho, impondo às sociedades a elaboração de DF de acordo com as ISA/IFRS, a:

- i) Instituições financeiras, sob a supervisão do Banco de Portugal;
- ii) Seguradoras, sob a supervisão do Instituto de Seguros de Portugal;
- iii) Sociedades com valor mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado.

Surge então uma nova situação, a partir desse momento a realidade passava pela coexistência de dois sistemas contabilísticos. Repare-se que mesmo as empresas obrigadas a utilizar o modelo internacional, teriam também de utilizar o modelo nacional (POC), visto não estar previsto para efeito fiscal o apuramento do lucro tributável por essas mesmas normas internacionais.

Esquemáticamente tínhamos:

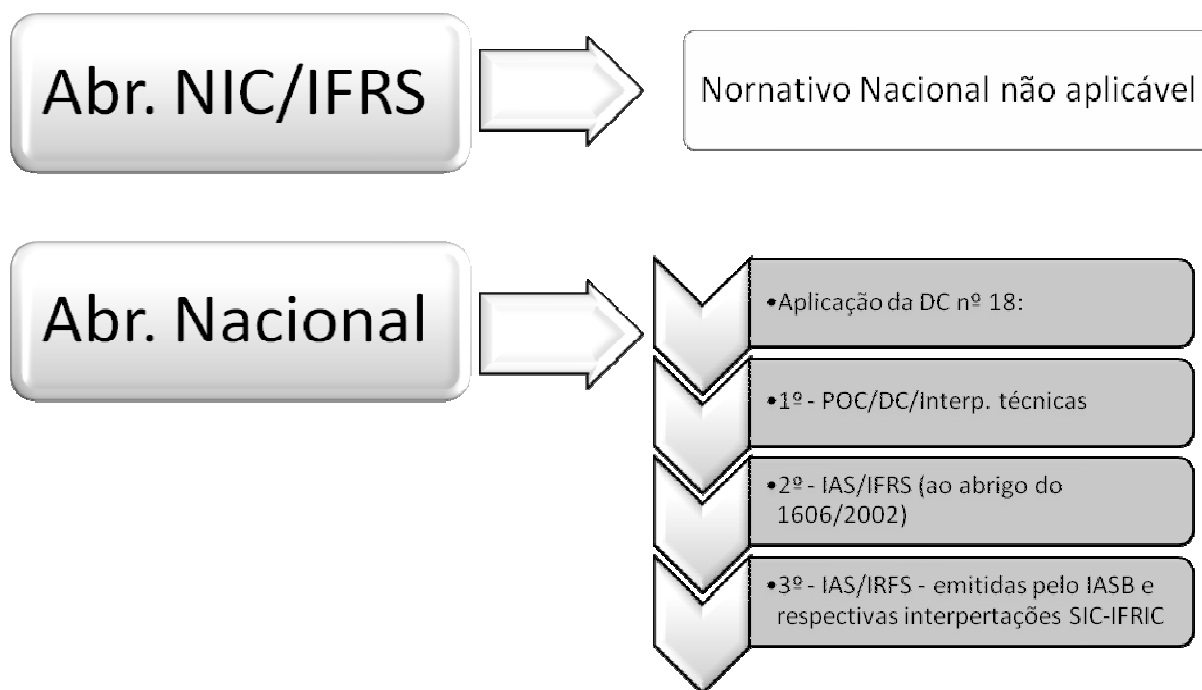
Entidades sujeitas ao POC					
Contas Consolidadas			Contas Individuais		
Com valores admitidos à negociação em mercado regulamentado	Sem valores admitidos à negociação - sujeitas a CLC	Outras	Com valores admitidos à negociação em mercado regulamentado, não incluídas no âmbito das consolidadas	Incluídas no âmbito das consolidadas obrigadas ou que optaram pelas NIC - sujeitas a CLC	Outras
NIC Obrig.	NIC Opção	POC Obrig.	NIC Obrig.	NIC Opção	POC Obrig.
Reg. 1606/2002	DL 35/2005	DL 35/2005	Reg. CMVM 11/2005	DL 35/2005	DL 35/2005

Fonte: Elaboração Própria

Posto isto, a Comissão de Normalização contabilística (CNC) reviu em 2005, com o objectivo de clarificar e aplicação dos supra citados normativos, a DC nº 18 – Objectivos das demonstrações financeiras e princípios contabilísticos geralmente aceites. Foi assim efectuada uma separação entre as entidades abrangidas pelo DL 35/2005, ou seja, as entidades obrigadas a aplicar as IAS/IFRS, e as entidades que continuam obrigadas a aplicar o normativo nacional.



A partir deste momento a configuração da aplicação dos normativos era a seguinte:



Fonte: elaboração própria

Após o DL 35/2005, o próximo passo da CNC, passou pela criação de um novo modelo de Sistema de Normalização Contabilística<sup>3</sup>, em consonância com o que por toda a comunidade se vinha preparando. Este tinha por base as normas do IASB, mas tendo em consideração as directivas Contabilísticas Comunitárias.

<sup>3</sup> Viria a ser conhecido como SNC

De uma forma resumida a proposta do DL para o novo SNC, consistia em:

Proposta DL	
Preâmbulo	Expõe em termos genéricos o SNC, razões para a sua
Artigo 1.º - Objecto	Aprova o SNC, que é apresentado em anexo a esta proposta de DL.
Artigo 2.º - Âmbito	O âmbito de aplicação é idêntico ao do definido no DL 410/89, que aprovou o POC.
Artigo 3.º - Aplicação das normas internacionais de contabilidade	Este DL passa a integrar as condições que obrigam à elaboração de DF consolidadas. Define também as condições em que as entidades podem por estas optar, ou seja, incorpora o definido no DL 35/05. Acresce, no entanto, o seu carácter integral e a obrigatoriedade de manter a opção por três anos.
Artigo 4.º - Competência das entidades de supervisão do sector financeiro	Define as competências do Banco de Portugal, do Instituto de Seguros de Portugal e da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários.
Artigo 5.º - Obrigatoriedade de elaborar contas consolidadas	Contrariamente à solução actual (dois DL: 410/89 e 238/91) a disciplina relativa às contas consolidadas (âmbito de aplicação, dispensa e exclusão) fica integrada no mesmo DL.
Artigo 6.º - Dispensa de elaboração das contas consolidadas	
Artigo 7.º - Exclusões da consolidação	
Artigo 8.º - Pequenas entidades	As implicações decorrentes deste artigo constituem uma «grande novidade» no que tem sido o quadro normativo contabilístico. As entidades com menor exigência de relato (menor dimensão) poderão aplicar, alternativamente, a NCRF-PE, mais simplificada e adequada às suas necessidades.
Artigo 9.º - Dispensa de aplicação	Define as entidades que ficam dispensadas do SNC.
Artigo 10.º - Demonstrações financeiras	Define as DF que as entidades devem apresentar. Tal como no DL 410/89 mantém-se DF mais simplificadas para as entidades com menos exigência de relato.

Artigo 11.º - Comissão de normalização contabilística	Mantém em funções a CNC.
Artigo 12.º - Referências ao POC	Todas as referências feitas ao POC na legislação em vigor devem passar a ser “lidas” como SNC.
Artigo 13.º - Norma revogatória	Identifica os diplomas que são revogados por esta proposta.
Artigo 14.º - Produção dos efeitos	Define a data de entrada em vigor (1/1/08).
Anexo ao DL	O anexo inclui uma apresentação ao SNC, as bases para a apresentação de DF, uma explicitação sobre os modelos de DF, uma explicitação relativa ao Código de Contas, uma síntese explicativa sobre as NCRF e a NCRF-PE e respectivas normas interpretativas.

Fonte: Revista CTOC nº 92 de Novembro 2007

Em termos genéricos o modelo de SNC assentava em:

- i) Estrutura conceptual (EC);
- ii) Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- iii) Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF);
- iv) Código de Contas (CC);
- v) Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF);
- vi) Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE);
- vii) Normas Interpretativas (NI).

Deste modo, em 13 de Julho de 2009, foi publicado em DR o DL 158/2009, que aprova o novo SNC, revogando automaticamente o POC, sendo que fica definido que o primeiro exercício económico a aplicar o novo normativo é 2010<sup>4</sup>.

A 7 de Setembro de 2009, foi publicado em DR, o Aviso nº 15655/2009, que homologa as NCRF, do SNC.

---

<sup>4</sup> Artigo 16º do DL 158/2009.

O conjunto de normas aprovado foi:

NIC	NORMAS CONTABILÍSTICAS E DE RELATO FINANCEIRO
NIC 1	NCRF 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
NIC 7	NCRF 2 - Demonstração de Fluxos de Caixa
NIRF 1	NCRF 3 - Adopção pela primeira vez das NCRF
NIC 8	NCRF 4 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros
NIC 24	NCRF 5 – Divulgações de Partes Relacionadas
NIC 38	NCRF 6 - Activos Intangíveis
NIC 16	NCRF 7 - Activos Fixos Tangíveis
NIRF 5	NCRF 8 - Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas
NIC 17	NCRF 9 – Locações
NIC 23	NCRF 10 - Custos de Empréstimos Obtidos
NIC 40	NCRF 11 - Propriedades de Investimento
NIC 36	NCRF 12 – Imparidade de Activos
NIC 28 e 31	NCRF 13 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas
NIRF 3	NCRF 14 - Concentrações de Actividades Empresarias
NIC 27	NCRF 15 - Investimentos em Subsidiárias e Consolidação
NIRF 6	NCRF 16 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais
NIC 41	NCRF 17 – Agricultura
NIC 2	NCRF 18 – Inventários
NIC 11	NCRF 19 - Contratos de Construção
Nic 18	NCRF 20 – Rédito
NIC 37	NCRF 21 - Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes
NIC 20	NCRF 22 - Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo
NIC 21	NCRF 23 - Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
NIC 10	NCRF 24 - Acontecimentos Após a Data do Balanço
NIC 12	NCRF 25 - Impostos Sobre o Rendimento
	NCRF 26 - Matérias Ambientais
NIC 7	NCRF 27 - Instrumentos Financeiros
NIC 19	NCRF 28 - Benefícios dos Empregados

Fonte: Elaboração Própria

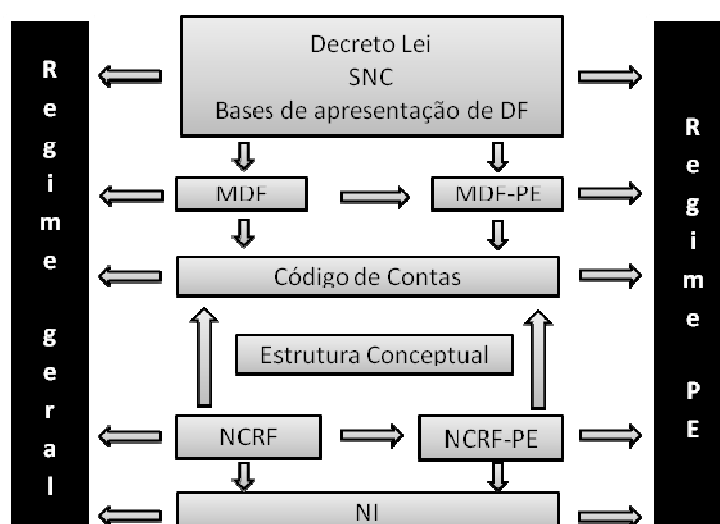
Para além destas normas foi ainda publicado em conjunto:

- i) Aviso nº 15652/2009 – EC;

- ii) Aviso nº 15653/2009 – NI;
- iii) Aviso nº 15654/2009 – NCRF-PE.

De destacar então, que para a matéria relacionada com provisões e contingências, foi aprovada a NCRF 21 - Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes, tendo na sua origem a IAS 37.

Em síntese, o SNC traduz-se esquematicamente em:



Fonte: CNC (2007)

## **2. Normativos que comportam a matéria de provisões e contingências**

O POC foi o referencial normativo, relacionado com a temática em estudo até ao término do ano 2009, sendo que neste foram ocorrendo significativas alterações no que diz respeito à contabilização das provisões e contingências. Actualmente contamos com a NCRF 21, como base normativa desta temática.

Desde o POC de 1977 até à última alteração do POC de 1989, com o DL nº 35/2005 de 17 de Fevereiro, pouco se alterou no tratamento das provisões e contingências. Foi mesmo esta última alteração que provocou uma alteração profunda à sua formulação teórico-prática. Verifica-se então uma revolução ao nível da terminologia, mas também no próprio conceito de provisão.

Com esta alteração as provisões do activo passam a designar-se por “ajustamentos”, passando a existir uma separação entre estes conceitos<sup>5</sup>.

No que concerne ao normativo NCRF 21, adaptado da IAS 37, as alterações passam não só pela forma de contabilizar, mas sim também como devemos analisar a problemática. O conceito de passivo aparece vincado de uma forma clara.

Neste capítulo será feita uma alusão a esses normativos, desprezando a norma IAS 37, pelo quase paralelismo existente com a NCRF 21.

---

<sup>5</sup> Esta distinção é também latente nas NCRF, onde os ajustamentos se designam por “perdas por imparidade”.

## **2.1. Plano Oficial de Contabilidade**

Um dos objectivos primários para que se possa compreender a fundo esta temática, é conseguir perceber e distinguir os conceitos de provisões, activos contingentes e passivos contingentes.

O “Princípio da prudência”<sup>6</sup>, diz-nos *“Significa que é possível integrar nas contas um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza sem, contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas ou a deliberada quantificação de activos em proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso. Devem também ser reconhecidas todas as responsabilidades incorridas no período em causa ou num período anterior, mesmo que tais responsabilidades apenas tornem patentes entre a data a que se reporta o balanço e a data em que este é elaborado.”*

Pinheiro Pinto, José Alberto 15, referia *“as provisões são agora vistas como uma concretização do princípio da prudência, intimamente ligadas a uma ideia de risco e não a uma ideia mais lata de incerteza... ou seja, sendo certo que um risco sempre envolve incerteza já uma incerteza não implica necessariamente a existência de um risco.”*

A ideia que nos importa reter é então de que a questão das provisões aparece intimamente ligada ao conceito de risco.

O POC refere no seu ponto 2.9 *“As provisões têm por objectivo reconhecer as responsabilidade cuja natureza esteja claramente definida e que à data do balanço sejam de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência.”*

---

<sup>6</sup> Um dos sete princípios da contabilidade em regime POC.



*O montante das provisões não pode ultrapassar as necessidades. As provisões não podem ter por objecto corrigir os valores dos elementos do activo.”*

As notas explicativas pouco mais acrescentam. Daí que podemos afirmar que nesta matéria o POC é muito ambíguo e contém muitas omissões. Em resultado dessa situação a IAS 37 acabava por ser muitas vezes o refugio para colmatar essas mesmas lacunas.

A NCRF 21 vai muito mais longe, como adiante poderemos verificar.

No tocante às contingências o POC nada refere quanto aos activos contingentes, e pouco se debruça sobre a problemática dos passivos contingentes. A única referência encontrada no seu capítulo 2 diz: *“deve respeitar apenas às situações a que estejam associados riscos e em que não se trate apenas de uma simples estimativa de um passivo certo”*.

Anteriormente, o POC 77 dividia as provisões em dois grupos, as que diziam respeito a elementos do activo e as que correspondiam a encargos que se previam poder vir a tornar-se efectivos no futuro. As primeiras, tratavam-se de ajustamentos às quantias dos activos brutos, sendo encontradas no balanço, no activo, numa coluna para dedução às quantias brutas<sup>7</sup>.

Em obediência ao Principio da Prudência, o POC, até à sua ultima a revisão de 2005, contemplava vários tipos de provisões, como eram:

- i) Provisões para aplicações de tesouraria;
- ii) Provisões para cobranças duvidosas;
- iii) Provisões para depreciação de existências; e

---

<sup>7</sup> Como já referimos, estas provisões passaram a denominar-se ajustamentos.

iv) Provisões para investimentos financeiros.

As provisões deveriam ser criadas ou reforçadas, devendo surgir à data de referência das DF uma avaliação do risco existente. Ou seja, à data do Balanço deveria ser feita a análise se aquele risco havia surgido pela primeira vez ou se já ocorria em exercícios económicos anteriores. Caso se tratasse de um risco com antecedentes em termos de assento contabilístico, então deveria ser equacionada o seu aumento ou redução.

Assim importa reter que, em termos práticos as principais alterações imprimidas com a nova redacção do DL 35/2005 de 17/02, para esta problemática foram:

- Substituição do termo provisão por ajustamentos nos casos de:
  - Aplicações de tesouraria;
  - Cobrança duvidosa;
  - Depreciação de existências; e
  - Investimentos financeiros;
- No que concerne ao código de contas, temos:
  - Renomeação das contas 19, 28, 29, 39, 46 e 66, alteração do termo provisões por ajustamentos e no caso da 66, esta passou a chamar-se “Amortizações e Ajustamentos do exercício.”
  - Criação da conta com o código 77 – Reversões de amortizações e ajustamentos;
  - Criação das contas de movimento 6661, 6662, 6671, 6676, 6679, 7711, 7712, 7713, 7721, 7722, 7723, 7881, 7882, 7883 e 7888;
  - Eliminação das contas: 671, 6711, 6718, 6719, 6732, 6736, 6739, 6961, 6962, 7961 e 7962;

- Alteração das notas explicativas das contas 19, 28, 39, 49, 554, 66, 67, 684, 796 e 7962; Criação de nota às contas 77 e 788; Eliminação de notas às contas 696 e 6962.
- Substituição no Balanço do termo “AP” (amortizações e provisões acumuladas) por “AA” (Amortizações e ajustamentos);
- Ao nível da Demonstração de Resultados (DR):
  - Criação de linha denominada “Ajustamentos”<sup>8</sup>;
  - Alteração da conta “Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros” por “Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros”;
  - Criação da linha “Reversões de amortizações e ajustamentos”<sup>9</sup>
- Ao nível do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados (ABDR), as principais alterações dão-se com a alteração da expressão “provisões” por “ajustamentos”, bem como ajustes pontuais em alguns quadros.

No POC (ultima actualização) podemos encontrar as seguintes contas que se relacionam com provisões e passivos contingentes<sup>10</sup>:

29 - Provisões para riscos e encargos

29.1 - Pensões

29.2 - Impostos

29.3 - Processos judiciais em curso

29.4 - Acidentes no trabalho e doenças profissionais

29.5 - Garantias a clientes

...

29.8 - Outros riscos e encargos

67 - Provisões do exercício

---

<sup>8</sup> Contas 66.6 e 66.7

<sup>9</sup> Conta 77

<sup>10</sup> Contas inseridas nas classes 2 – Terceiros, 6 – Custos e Perdas e 7 – Proveitos e Ganhos.

67.2 - Para riscos e encargos

67.2.1 - Pensões

6.7.2.2 - Impostos

6.7.2.3 - Processos judiciais em curso

67.2.4 - Acidentes de trabalho e doenças  
profissionais

67.2.5 - Garantias a clientes

...

67.2.8 - Outros riscos e encargos

67.2.9 - ...

69 - Custos e Perdas Extraordinários

69.6 - Aumentos de amortizações e de provisões

69.6.2 - Provisões

79 - Proveitos e Ganhos Extraordinários

79.6 - Reduções de amortizações e provisões

79.6.2 - Provisões

Em termos práticos, a conta 29 deverá ser creditada, como refere a sua nota explicativa<sup>11</sup> “...serve para registar as responsabilidades cuja natureza esteja claramente definida à data do balanço sejam de natureza provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência. Será debitada na medida em que se reduzam ou cessem os motivos que originaram a sua constituição.” Já a nota da conta 67 diz-nos “...registra, de forma global, no final do período contabilístico, a variação positiva das responsabilidades cuja natureza esteja claramente definida e que à data do balanço sejam de ocorrência provável ou certa, mas incerta quanto ao seu valor ou data de ocorrência.”, devendo esta ser debitada.

Quando tal provisão for tida como extraordinária à luz POC, deve ser relevada na conta 69.6.2 – Custos e Perdas Extraordinárias – Aumentos de amortizações ou provisões - Provisões.

---

<sup>11</sup> Redacção dada pelo DL nº 35/2005 de 17 Fevereiro.

Quando se procede à redução ou anulação de provisões para riscos e encargos, a conta 29 deverá ser creditada, tendo como contrapartida a contas 79.6.2 – Proveitos e Ganhos Extraordinários – Redução de amortizações e de provisões – Provisões. Relativamente a esta conta o POC refere que “Esta conta regista, de forma global, no final do período contabilístico, a variação negativa das responsabilidades em cada espécie de provisão, entre dois períodos contabilísticos consecutivos.”

Esquematicamente<sup>12</sup>:

67 - Provisões do exercício		29 - Provisões para riscos e encargos	
67.2 - Para riscos e encargos		29.. - ...	
67.2.. - ....			
(a)		(b)	(a)

79 - Proveitos e Ganhos Extraordinários	
79.6 - Reduções de amortizações e provisões	
79.6.2 - Provisões	
	(b)

(a) – Constituição ou reforço da provisão

(b) – Redução ou anulação da provisão

Em termos de divulgações, o tema das provisões e contingências, permite-nos destacar em ambiente POC:

---

<sup>12</sup> Adaptado de “Contabilidade Financeira” de Carlos Batista da Costa e Gabriel Correia Alves

- Critérios de Valorimetria utilizados e métodos de cálculo respeitantes a provisões – NOTA 3;
- Discriminação das responsabilidades de empresa por garantias prestadas – NOTA 32;
- Explicitação dos movimentos ocorridos no exercício na conta Provisões para riscos e encargos – NOTA 34;
- Responsabilidade assumidos relativamente a pensões de reforma dos antigos membros dos órgãos sociais – NOTA 43.

## **2.2. Norma Contabilística e de Relato Financeiro 21**

Conforme foi oportunamente referido, a norma NCRF 21, comparativamente ao POC, vai muito mais longe, ou seja a norma adaptada da IAS 37, é muito mais profunda, demonstrando uma complexidade muito superior.

Assim de uma forma detalhada far-se-á a exposição da mesma, dando relevo a questões como reconhecimento, mensuração e divulgações.

Por fim serão apresentados alguns exemplos práticos ilustrativos, com o intuito de melhorar a compreensibilidade da mesma.

### **2.2.1. A Norma – Objectivos, âmbito e definições**

A NCRF 21 trata a problemática das Provisões e Contingências. O objectivo primeiro desta norma é “prescrever critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriadas a provisões, passivos contingentes e activos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas às demonstrações financeiras de modo a permitir aos utentes compreender a sua natureza, tempestividade e quantia.”<sup>13</sup>

Assim, a norma contempla, resumidamente, os objectivos (§ 1), o âmbito de aplicação (§§ 2 a 7), definições e relação com outros conceitos (§§ 8 a 12), reconhecimento (§§ 13 a 34), mensuração (§§ 35 a 52), aplicações diversas (§§ 53 a 80), divulgação (§§ 81 a 869) e data de eficácia (§87).

Esta norma deverá ser aplicada por todas as entidades na contabilização das provisões, passivos contingentes e activos contingentes, salvo aqueles que resultarem de contratos executórios, excepto quando o contrato seja oneroso, bem como, os cobertos por outra norma.

A questão das provisões e contingências não é no entanto de tratamento exclusivo por esta norma, por exemplo as seguintes temáticas encontram tratamento em outras normas (exclusão de âmbito):

- i) Passivos contingentes assumidos numa concentração de actividades empresariais<sup>14</sup>;
- ii) Provisões relacionadas com contratos de construção<sup>15</sup>;
- iii) Certas provisões relacionadas com impostos sobre o rendimento<sup>16</sup>; e

---

<sup>13</sup> Parágrafo 1 da norma

<sup>14</sup> Tratados pela norma NCRF 14 – Concentrações de Actividades Empresariais.

<sup>15</sup> Tratadas pela norma NCRF 19 – Contratos de Construção.

iv) Certas provisões relativas a locações<sup>17</sup>.

Uma nota importante a retirar na questão do seu âmbito, prende-se com a exclusão do tema dos instrumentos financeiros.

Para uma melhor percepção da problemática ficam aqui algumas definições, sem as quais se torna muito difícil a compreensão da mesma<sup>18</sup>:

- **Acontecimento que cria obrigações:** é um acontecimento que cria uma obrigação legal ou construtiva que faça com que uma entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.
- **Activo contingente:** é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.
- **Contrato executório:** é um contrato segundo o qual nenhuma das partes tenha cumprido qualquer das suas obrigações ou ambas as partes apenas tenham parcialmente cumprido as suas obrigações em igual extensão.
- **Contrato oneroso:** é um contrato em que os custos não evitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo.
- **Obrigação construtiva:** é uma obrigação que decorre das acções de uma entidade em que:
  - a) por via de um modelo estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração corrente suficientemente específica, a

---

<sup>16</sup> Tratadas pela norma NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento.

<sup>17</sup> Tratadas pela norma NCRF 9 – Locações. A NCRF 9 não tem porém requisitos específicos para tratar locações operacionais que se tenham tornado onerosas, a NCRF 21 aplica-se a esses casos.

<sup>18</sup> Retirado do § 8 da NCRF 21.



entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e

(b) em consequência, a entidade tenha criado uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

▪ **Obrigação legal:** é uma obrigação que deriva de:

(a) um contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);

(b) legislação; ou

(c) outra operação da lei.

▪ **Passivo:** é uma obrigação presente da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos.

▪ **Passivo contingente:**

(a) É uma obrigação possível que provenha de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade; ou

(b) É uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:

(i) Não é provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios

económicos, seja exigido para liquidar a obrigação; ou

(ii) A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

▪ **Provisão:** é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.

▪ **Reestruturação:** é um programa planeado e controlado pelo órgão de gestão e que altera materialmente ou:

- (a) O âmbito de um negócio empreendido por uma entidade; ou
- (b) A maneira como o negócio é conduzido.

As provisões distinguem-se de outros passivos certos<sup>19</sup> e acréscimos de custos, devido há incerteza quanto à sua tempestividade ou quantia a despende no futuro.

De uma forma geral, todas as provisões são contingentes, pois é incerto o seu montante ou a data de vencimento das obrigações. Contudo, o termo “contingente” é usado para passivos e activos que não sejam reconhecidos, porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

### **2.2.2. Reconhecimento**

Para que se possa constituir uma provisão é necessário o cumprimento de três critérios simultâneos (§ 13):

- i) uma entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- ii) seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e
- iii) possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

---

<sup>19</sup> Exemplo: dívidas a fornecedores

A observância destes três critérios cumulativamente, constituem regra fundamental para o reconhecimento de uma provisão.

O primeiro critério reveste muita importância. Algumas obrigações não cumprem este critério, uma vez que se referem a cobrir custos futuros, para os quais não existe uma obrigação na data do balanço.

Quanto ao segundo e terceiro critérios, estes poderão enredar nas seguintes situações:

- Num período económico, não se reconhece uma provisão, ou porque não se tem como certo o facto de a perda ser certa, ou a mesma não ser quantificável com segurança e fiabilidade. Poderá no entanto concluir-se em períodos posteriores que essas condições foram reunidas, e então poder-se-á constituir a provisão.
- Pelo contrário se em determinado período se constitui uma provisão e posteriormente se verifica a redução da probabilidade da perda, ou impossibilidade de quantificação fiável, então a mesma deverá ser anulada.

A NCRF 21 no seu parágrafo 15, dá o exemplo de um processo judicial em curso, se poder tornar discutível quer se certos eventos ocorreram, quer se esses factos resultaram de uma obrigação presente. Nesse caso uma entidade determina se existe à data do balanço, uma obrigação presente tendo em conta a evidência disponível, por exemplo, a opinião de peritos. A evidência a constituir deverá incluir qualquer evidência adicional proporcionada por acontecimentos após a data do balanço, sendo que com base nisso a entidade deverá:

- Reconhecer uma provisão, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, quando seja mais provável do que não que uma obrigação exista à data do balanço;  
e

- Divulgar um passivo contingente, quando seja mais provável que nenhuma obrigação presente exista à data do balanço, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja remota.

Em termos de percepção do conceito de acontecimento passado a norma dá no seu parágrafo 18, um excelente exemplo. As penalizações e custos com a limpeza e danos ambientais (como é exemplo a exploração de uma pedreira), que dariam origem à liquidação de um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos sem atenção às futuras acções da entidade.

Para que estejamos perante o reconhecimento de uma provisão, não basta que haja uma obrigação presente, mas também a probabilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos para liquidar essa obrigação. Um exfluxo de recursos ou outro acontecimento é considerado como provável se o acontecimento for mais provável do que não de ocorrer, isto é, se a probabilidade de que o acontecimento ocorrerá for maior do que a probabilidade de isso não acontecer. Quando tal não acontecer estaremos perante um passivo contingente, a divulgar no anexo.

Ao contrário do que se possa pensar a preparação de DF com base em estimativas, não prejudicará na maioria dos casos a fiabilidade das mesmas. Importa contudo assegurar que essas estimativas sejam feitas com a maior exactidão possível, e nos casos em que tal não seja possível então estaremos perante um passivo contingente passível de divulgação.

Em termos de contabilização o código de contas em SNC consagra as seguintes contas para reconhecimento de provisões:

29 - Provisões

- 29.1 - Impostos
- 29.2 - Garantias a clientes
- 29.3 - Processos judiciais em curso
- 29.4 - Acidentes no trabalho e doenças profissionais
- 29.5 - Matérias Ambientais
- 29.6 - Contratos Onerosos
- 29.7 - Reestruturação
- 29.8 - Outras Provisões

67 - Provisões do período

- 67.1 - Impostos
- 67.2 - Garantias a clientes
- 67.3 - Processos judiciais em curso
- 67.4 - Acidentes no trabalho e doenças profissionais
- 67.5 - Matérias Ambientais
- 67.6 - Contratos Onerosos
- 67.7 - Reestruturação
- 67.8 - Outras Provisões

76 - Reversões

...

763 - De provisões

- 76.3.1 - Impostos
- 76.3.2 - Garantias a clientes
- 76.3.3 - Processos judiciais em curso
- 76.3.4 - Acidentes no trabalho e doenças profissionais
- 76.3.5 - Matérias Ambientais
- 76.3.6 - Contratos Onerosos
- 76.3.7 - Reestruturação
- 76.3.8 - Outras Provisões

... - ...

Em termos de assento contabilístico, as subcontas da conta 29 – “Provisões”, deverão ser creditadas, tendo em contrapartida a débito o registo na conta 67 – “Previsões” da classe “gastos”.

Quando se der algum facto que implique a redução ou anulação da provisão, as subcontas da conta 29 – “Provisões” deverão então ser debitadas, tomando como contrapartida 763.. – “Reversões – De provisões”, a crédito.

Esquemáticamente, teríamos:

67 - Provisões do período	29 - Provisões
67.. - ....	29.. - ...
(a)	(b) (a)

76 - Reversões
76.3 - De provisões
76.3.. - ...
(b)

(a) – Constituição ou reforço da provisão

(b) – Redução ou anulação da provisão

### **2.2.3. Passivos Contingentes**

Um passivo contingente é uma obrigação possível, resultante de eventos passados e cuja existência será somente confirmada pela ocorrência de determinados eventos futuros incertos, e não totalmente sob o controlo da empresa. Uma obrigação presente que resulte de eventos passados mas que não é reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos incorpore benefícios económicos seja exigida para a liquidar, ou então a quanto dessa obrigação não possa ser mensurada com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são passíveis de reconhecimento. Um passivo contingente, reconhecido como tal deverá ser divulgado. Não será reconhecido como tal quando seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorpore benefícios económicos.

Quando houver um compromisso perante uma obrigação, a parte dessa mesma obrigação que se espera que seja satisfeita por outras partes é tratada como um passivo contingente. Por sua vez uma entidade reconhecerá um passivo pela parte que se espera corresponder à sua obrigação e que se espera ocorram exfluxos de recursos que incorporem benefícios económicos, ressalvando o caso em que nenhuma estimativa possa ser feita.

Os passivos contingentes, deverão ser continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos se torne provável, então estaremos perante uma alteração para provisão, devendo esta ser reconhecida, salvo casos que não possa existir estimativa fiável.

O seguinte mapa auxiliará na percepção destes conceitos:



Fonte: Livro “Normas Internacionais de Contabilidade – Da teoria à prática” de Eduardo Sá Silva

#### 2.2.4. Activos Contingentes

Na mesma medida dos passivos contingentes, também os activos contingentes não são passíveis de reconhecimento, devendo quando provável originar uma divulgação.

Um Activo contingente consiste num activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente controlados pela entidade.

Os activos contingentes resultam normalmente de acontecimentos não planeados, que originam a possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a entidade.

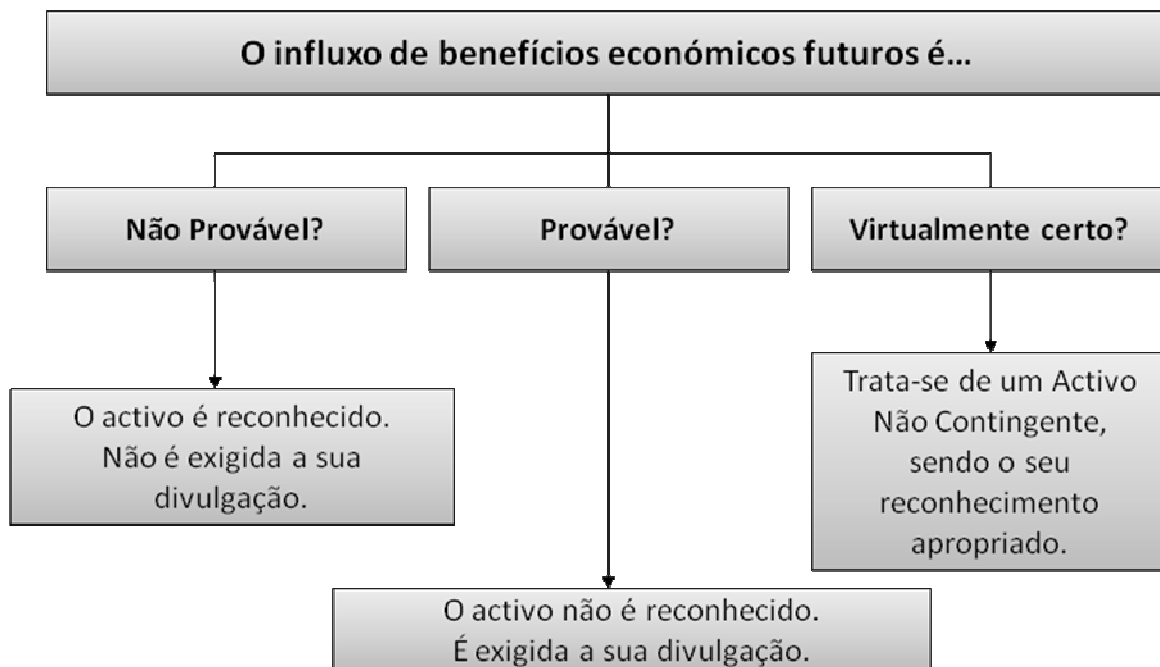


A NCRF 21 dá como exemplo a reivindicação intentada por intermédio de processos legais, quando o desfecho seja incerto.

No seu parágrafo 32 a norma refere “Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras desde que isto possa resultar no reconhecimento de rendimentos que possam nunca ser realizados. Porém, quando a realização de rendimentos esteja virtualmente certa, então o activo relacionado não é um activo contingente e o seu reconhecimento é apropriado.”.

Também os activos contingentes deverão ser alvo de contínua avaliação, de forma a aferir se ocorreu uma evolução, e se tornou virtualmente certo a ocorrência de um influxo de benefícios económicos, devendo nessa altura ser reconhecido um activo, nas demonstrações financeiros do período em que tal ocorra.

O mapa seguinte explicita e clarifica o tratamento contabilístico para este tema:



Fonte: Elaboração Própria

### **2.2.5. Mensuração**

A primeira ideia a reter é que as provisões deverão ser mensuradas, pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

A melhor estimativa de dispêndio, necessária para fazer face à obrigação presente, é entendida pela norma, como a quantia que uma entidade pagaria para liquidar a obrigação à data do balanço. Estas estimativas serão determinadas por julgamentos efectuados pela experiência de casos análogos e quando possível pela opinião de peritos independentes.

Quando estamos perante estimativas, estas deverão ser alvo de análise a cada período económico, com o objectivo de aferir acerca do seu aumento ou diminuição. A contrapartida de um eventual aumento será uma conta de gastos, por sua vez uma diminuição terá como contrapartida uma conta de rendimentos<sup>20</sup>.

A mensuração da provisão, quando estivermos perante uma grande população de itens, deverá ser estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. A norma define este método como “o valor esperado”.<sup>21</sup>

A mensuração das provisões deverá sempre ser efectuada antes de impostos, tendo em conta que os seus efeitos serão tratados pela norma NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento.

Os riscos e incertezas que medeiam todos os acontecimentos que originem a constituição de uma provisão, deverão ser pesados com base à constituição da melhor estimativa.

O risco implica a probabilidade de se encontrar diferentes desfechos. Assim um ajustamento ao grau de risco, deverá implicar a sua reflexão na mensuração do risco reflectido.

Outra questão preponderante no que diz respeito à mensuração das provisões é o Valor presente. Por exemplo, um litígio cujo desfecho se espera que ocorra passados alguns anos, o valor dessa estimativa de provisão deve ser apresentado pelo seu justo valor, excepto no

---

<sup>20</sup> Caso se pretenda assumir um erro de um exercício anterior, aplicar-se-ão as disposições da NCRF 4 relativamente a erros.

<sup>21</sup> Adiante será colocado um exemplo prático desta situação.

caso que se vençam juros. Assim a provisão deverá ser mensurada tendo em conta o valor temporal do dinheiro, ou seja, ser actualizada para valores presentes<sup>22</sup>.

A taxa de desconto (ou taxas), deve ser uma taxa antes de impostos que exponha as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e não deve reflectir riscos pelos quais as estimativas de fluxos tenham sido ajustadas.

Casos há em que parte ou a totalidade do dispêndio necessário para liquidar uma provisão seja reembolsada por outra entidade<sup>23</sup>. Esse reembolso deverá ser reconhecido quando seja virtualmente certo que o reembolso será recebido se a primeira entidade liquidar a sua obrigação. O reembolso deve ser tratado como um activo separado, sendo que a quantia reconhecida para o reembolso não deve exceder a quantia da provisão. Ao nível da DR, o gasto relacionado com a provisão poderá ser apresentado líquido do reembolso reconhecido.

#### **2.2.6. Aplicação das regras de reconhecimento e mensuração**

As perdas operacionais futuras não devem ser objecto de provisão, em virtude de não satisfazerem a definição de passivo nem os critérios de reconhecimento estabelecidos na norma. Nesta medida, uma expectativa de perdas operacionais futuras é uma indicação de que certos activos da unidade operacional podem estar em imparidade, pelo que estaremos perante a aplicação na NCRF 12 – Imparidade de activos.

---

<sup>22</sup> Deverá no entanto ser tida em conta a questão da materialidade.

<sup>23</sup> Exemplo: contratos de seguro, cláusulas indemnizatórias, garantias de fornecedores, etc.)

Outro conceito presente na NCRF 21 é o de “Contratos onerosos”. De uma forma genérica um contrato oneroso é um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera que sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

Se a entidade celebrar um contrato que seja oneroso, a obrigação presente segundo o contrato deve ser reconhecida e mensurada como uma provisão.

Antes de ser reconhecida uma provisão separada para um contrato oneroso, uma entidade reconhece qualquer perda por imparidade que tenha ocorrido nos activos inerentes a esse contrato<sup>24</sup>.

Atente-se no seguinte exemplo:

Uma empresa leva a cabo a sua actividade numa determinada unidade industrial, tendo para o efeito celebrado um contrato de arrendamento para os seis anos seguintes, sem que o possa cancelar. A renda colocada em cláusula é de 3.000€/mês. Durante a vigência do contrato está interdita qualquer possibilidade de sub-arrendamento. Durante o primeiro ano a empresa decide levar deslocar a sua unidade industrial para outro país.

Para o caso em análise, vamos verificar se estão reunidas todas as condições para o reconhecimento de uma provisão. Assim, o acontecimento que cria obrigação é, desde logo a celebração do supra citado contrato. Estamos perante uma obrigação legal. É provável que ocorram exfluxos de recursos incorporando benefícios económicos na liquidação, na medida em que, ao não existir a possibilidade de sub-arrendar a unidade industrial abandonada a um terceiro, a empresa deverá continuar a pagar o respectivo valor contratado. Assim, pode-se concluir que estamos perante a possibilidade de reconhecimento de uma provisão. Em termos de mensuração, o montante deve

---

<sup>24</sup> A este propósito ver a NCRF 12 – Imparidade de Activos.

corresponder á melhor estimativa dos pagamentos inevitáveis pelo abandono da unidade, ou seja, 180.000€ (3.000x12x5).

Em termos práticos, ligado à questão do reconhecimento e mensuração a norma aborda ainda “provisões para reestruturação”. A norma encaixa esta temática nas seguintes situações (§ 68):

- i) Venda ou cessação de uma linha de negócios;
- ii) O fecho de locais de negócio num país ou região ou a deslocalização de actividades de negócio de um país para um outro ou uma outra;
- iii) Alteração na estrutura de gestão, como, por exemplo, a eliminação de um determinado nível; e
- iv) Reorganizações fundamentais que tenham um efeito material na natureza e foco das operações da entidade.

Uma provisão para custos de reestruturação só deve ser reconhecida quando os critérios de reconhecimento gerais das provisões sejam satisfeitos. Segundo a norma esses critérios são:

- a) Tenha um plano formal detalhado para a reestruturação identificando pelo menos:
  - i) O negócio ou parte de um negócio em questão;
  - ii) As principais localizações afectadas;
  - iii) A localização, função e número aproximado de empregados que receberão retribuições pela cessação dos seus serviços;
  - iv) Os dispêndios que serão levados a efeito; e
  - v) Quando será implementado o plano; e

- (b) Tenha criado uma expectativa válida nos afectados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afectados por ele.

Por exemplo, um plano que envolva a redução de pessoal não deverá dar origem á constituição de uma provisão, até que exista uma lista com os nomes das pessoas envolvidas devidamente aprovada e tenha sido devidamente feita a comunicação às pessoas em causa. A obrigação não surge pela liquidação de uma unidade operacional até que a entidade esteja comprometida com a venda, ou seja, até que exista uma vinculação.

Uma provisão para reestruturação deverá incluir apenas os custos directos relativos a essa reestruturação. A provisão não deverá incluir:

- i) Retreinar ou deslocar pessoal que continue;
- ii) Comercialização; ou
- iii) Investimentos em novos sistemas de redes de distribuição.

### **2.2.7. Divulgações**

Como será fácil perceber, pela subjectividade da questão, a norma obriga a um variado leque de divulgações, que incluem descrições, mensurações, movimentação, etc.

Para os passivos contingentes o princípio é: desde que a probabilidade não seja remota, a divulgação terá de ocorrer à data do balanço, referindo a contingência em questão, bem como uma breve descrição da sua natureza. Quando aplicável deverá também descrever:

- i) Uma estimativa do seu efeito financeiro, mensurado segundo os parágrafos 35 a 52 da norma;
- ii) Uma indicação das incertezas que se relacionam com a quantia ou o momento de ocorrência de qualquer exfluxo; e
- iii) Possibilidade de qualquer reembolso.

Aqui fica uma metodologia possível<sup>25</sup> para elaboração deste tipo de divulgações:

Passivos Contingentes		
Natureza do passivo contingente - ...	Estimativa do efeito financeiro	
	Identificação das incertezas	
	Possibilidade ocorrência de exfluxos	
	Reembolsos	
...	Estimativa do efeito financeiro	
	Identificação das incertezas	
	Possibilidade ocorrência de exfluxos	
	Reembolsos	

Fonte: Adaptado de “Da evolução contabilística na U.E. ao Decreto-Lei nº 35/2005” de Amélia Pires e Fernando Rodrigues

Relativamente aos activos contingentes, a norma informa a obrigatoriedade de se incluir na divulgação uma breve descrição da natureza desses activos à data do balanço, e quando aplicável uma estimativa do seu efeito financeiro, mensurada usando iguais princípios aos das provisões.

<sup>25</sup> Como é sabido o SNC não é rígido relativamente à forma de criação do ABDR



Uma metodologia possível, é:

Activos Contingentes		
Natureza do activo contingente - ...	Estimativa influxo	
	Estimativa do efeito financeiro	
	Circunstancias que envolvem incerteza	
...	Estimativa do influxo	
	Estimativa do efeito financeiro	
	Circunstancias que envolvem incerteza	

Fonte: Adaptado de “Da evolução contabilística na U.E. ao Decreto-Lei nº 35/2005” de Amélia Pires e Fernando Rodrigues

Por ultimo relativamente às provisões, as entidades deverão divulgar por classe de provisão:

- i) A quantia escriturada no começo e no fim do período;
- ii) As provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;
- iii) As quantias usadas (isto é, incorridas e debitadas à provisão) durante o período;
- iv) Quantias não usadas revertidas durante o período; e
- v) O aumento durante o período na quantia descontada proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer alteração na taxa de desconto.

Quando ocorrer a situação de um passivo e contingente e uma provisão que se relacionem, a entidade deverá fazer as respectivas divulgações, evidenciando essas mesmas relações.

Ao nível das provisões fica também uma hipótese de divulgação:

Provisão		Quantia escriturada Inicial	Constituição e/ou Reforço	Provisões utilizadas	Provisões não utilizadas (revertidas)	Quantia escriturada final
Montante	Classe de Provisões - ...					
Descrição	Natureza					
	Incerteza associada à ocorrência					
	Quantia do reembolso esperado					

Fonte: Adaptado de “Da evolução contabilística na U.E. ao Decreto-Lei nº 35/2005” de Amélia Pires e Fernando Rodrigues

### 2.2.8. Exemplos práticos

#### **Exemplo 1**<sup>26</sup>

Uma empresa de organização de eventos foi contratada por um casal de noivos para realizar o serviço de almoço do seu casamento que ocorreu no mês de Julho de 20X2. No dia seguinte ao casamento, morreram quatro pessoas, tendo como causa provável uma intoxicação alimentar provocada pelos produtos vendidos/servidos pela empresa contratada. De imediato, as famílias das vítimas, através dos seus advogados, solicitaram o pagamento de indemnizações pela perda dos seus entes queridos, no valor global de **250.000€**.

---

<sup>26</sup> Adaptado da IAS 37 - Apêndice C - Exemplo 10

A empresa declina qualquer responsabilidade no sucedido, pelo que rejeita aqueles pedidos de indemnização das famílias das vítimas. Até à data em que foram emitidas as demonstrações financeiras com referência a 31/12/20X2, em 27/2/20X3, os advogados da empresa informaram que é provável que a empresa não seja responsabilizada.

Contudo, aquando da preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, os seus advogados informaram que, tendo em consideração os novos desenvolvimentos do caso, é provável que a empresa venha a ser responsabilizada.

Para o caso em apreço, vamos verificar se estão reunidas todas as condições para a constituição/reconhecimento de uma Provisão.

Assim, teremos que analisar o caso com referência a dois períodos distintos:

➤ **1.º Em 31 de Dezembro de 2002:**

- Tendo em conta a evidência disponível quando as demonstrações financeiras forem objecto de aprovação, o acontecimento passado não cria obrigações.
- Logo, não é reconhecida nenhuma provisão. A situação deve ser divulgada nas notas anexas como um passivo contingente, a não ser que a probabilidade de qualquer exfluxo seja remota, caso em que não necessita de qualquer divulgação.

➤ **Em 31 de Dezembro de 2003:**

- Tendo em conta a evidência disponível, há uma obrigação presente como consequência de um acontecimento passado que cria obrigações. Por outro lado, é provável que ocorrerão exfluxos (saídas) de recursos incorporando benefícios económicos na liquidação.
- Nesta conformidade, é uma provisão, pela melhor estimativa da quantia para liquidar a obrigação, ou seja, 250.000€.

### **Exemplo 2<sup>27</sup>**

Uma empresa vende os seus produtos com uma garantia de reparação, por defeitos de fabrico, até 6 meses após a data da compra. Se forem detectados defeitos em todos os produtos vendidos, resultarão os seguintes custos de reparação:

- 1.000.000€, se os defeitos forem menores;
- 4.000.000€, se os defeitos forem maiores.

A experiência passada da empresa e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, 75% dos produtos vendidos não terão defeitos, 20% dos produtos vendidos terão defeitos menores e 5% dos produtos vendidos terão defeitos maiores.

A quantificação da provisão a reconhecer exige a consideração da probabilidade de ocorrência dos vários cenários possíveis associados às garantias a prestar.

Assim, o valor esperado do custo das reparações é:

$$\text{➤ } (75\% \times 0) + (20\% \times 1.000.000\text{€}) + (5\% \times 4.000.000\text{€}) = 400.000\text{€}.$$

### **Exemplo 3<sup>28</sup>**

A administração de uma entidade anunciou, em Novembro, a eliminação de uma actividade, o que fará com que aproximadamente 10% dos seus empregados se tornem desnecessários. O anúncio foi comunicado aos sindicatos. Ao mesmo tempo, foi enviado à entidade reguladora um plano formal detalhado de acordo com os requisitos do seu país.

---

<sup>27</sup> Adaptado da IAS 37 - Apêndice C - Exemplo 9

<sup>28</sup> Retirado do Livro SNC Explicado de João Rodrigues (Rodrigues, 2009).

A entidade reguladora possui o poder de aprovação do plano. O processo de aprovação pode demorar até seis meses. Se o regulador não aprovar o plano a entidade não pode reduzir os seus funcionários. No passado o regulador aprovou a maioria dos planos entregues. No entanto, o regulador pode solicitar alterações aos acordos a efectuar com os empregados. A eliminação da actividade qualifica com uma reestruturação de acordo com a NCRF 21.

- ✓ Deverá ser constituída uma provisão para reestruturação em 31 de Dezembro? Sim.  
O passado indica que o regulador normalmente aprova os princípios incluídos no plano. Quaisquer alterações nos acordos a efectuar com os empregados devem ser contabilizados como correcções na provisão. O acontecimento que obriga é o anúncio de reestruturação, que dá lugar a uma obrigação construtiva.

Os custos incorridos na reestruturação incluíram custos com a realocização de um novo director e formação de empregados em novos sistemas noutros departamentos. Atente-se à inclusão ou exclusão dos seguintes custos:

- ✗ Formação
- ✗ Mudança de empregados e equipamentos
- ✗ Custos de marketing para desenvolver nova imagem
- ✗ Ganho na venda de uma máquina que não será usada
- ✗ Perda por imparidade de activos fixos tangíveis
- ✓ Acordos com a rescisão de contratos de trabalho
- ✓ Custos com cancelamento de locação de fábrica que não será usada
- ✓ Serviços de selecção de pessoal (empregados dispensados)
- ✓ Aumentos nas pensões de reforma

A NCRF 21 tem uma abordagem muito restritiva para com os custos a incluir na provisão para reestruturação. Gastos associados às actividades normais de uma entidade como resultado da reestruturação não são incluídos na provisão. Os custos de mudança e formação associados com as actividades normais estão assim excluídos da provisão de reestruturação.

#### **Exemplo 4<sup>29</sup>**

Uma entidade possui um processo judicial cuja perda (950.000€) é considerada provável. Os advogados estimam que o desfecho do processo e consequente pagamento ocorrerá daqui a cinco anos, sem juros. A taxa de desconto é de 4%.

Qual deverá ser o valor da provisão a reconhecer no momento inicial? Nos seguintes carece de alguma correcção?

Sendo a perda provável e quantificável com fiabilidade terá de ser reconhecida uma provisão. O montante pela perda deve ser reconhecido pelo seu valor descontado  $\frac{950.000 \text{ €}}{1,04^5}$   
=

Inicialmente teríamos:

Déb. – 67 – Provisões do período – Processos judiciais em curso 780.831€

Créd. – 293 - Provisões – Processos judiciais em curso 780.831€

---

<sup>29</sup> Retirado do Livro SNC Explicado de João Rodrigues (Rodrigues, 2009).

A actualização da provisão será assim efectuada:

Anos	Saldo Inicial	Juros	Saldo Final
N+1	780.831,00 €	31.233,00 €	812.064,00 €
N+2	812.064,00 €	32.483,00 €	844.547,00 €
N+3	844.547,00 €	33.782,00 €	878.329,00 €
N+4	878.329,00 €	35.133,00 €	913.462,00 €
N+5	913.462,00 €	36.538,00 €	950.000,00 €

Os juros em cada período resultam da aplicação da taxa de 4% ao saldo da provisão no início do período.

Lançamento em N+1<sup>30</sup>:

Déb. – 6888 – Outros ganhos e perdas – Outros não especificados 31.233

Créd. – 293 - Provisões – Processos judiciais em curso 31.233

### **Exemplo 5<sup>31</sup>**

Uma empresa é ré num processo judicial. O montante reclamado é significativo e o processo está numa fase inicial e, embora os gestores estejam a defender energicamente a sua posição, não é possível determinar o seu desfecho.

Qual o tratamento a dispensar a esta situação nas DF? Trata-se de um passivo contingente. Nas notas às contas terá de ser divulgada a existência do processo judicial, as datas dos eventos significativos, incluindo as datas de audições, um resumo da reclamação, incluindo os valores envolvidos, a expectativa dos gestores e dos seus consultores legais sobre o

---

<sup>30</sup> Nos períodos seguintes, repetir-se-á o lançamento acima, alterando-se o valor.

<sup>31</sup> Retirado do Livro SNC Explicado de João Rodrigues.

desfecho do processo e, caso não seja possível indicar os valores envolvidos ou avaliar o desfecho, referir esse facto.

### **Exemplo 6**<sup>32</sup>

Um Hipermercado tem por política devolver o valor das compras pago pelos seus clientes, sempre que estes se mostrem insatisfeitos. Trata-se de uma política e não de uma obrigação imposta por qualquer diploma legal, que é do conhecimento de todos os clientes, já que existem diversos placards, bem visíveis, por todo o estabelecimento. Face à experiência passada estima-se que o valor dos reembolsos ronde os 20.000€.

Para o caso em apreço, vamos verificar se estão reunidas todas as condições para o reconhecimento de uma Provisão.

Assim, o acontecimento que cria obrigações é, desde logo, a venda dos produtos aos clientes, que dá origem a uma obrigação construtiva, já que a política adoptada pelo Hipermercado criou uma expectativa válida aos seus clientes de que o valor das compras ser-lhes-á devolvido.

Por outro lado, é provável que hajam bens devolvidos que originarão exfluxos (saídas) de recursos incorporando benefícios económicos na liquidação, ou seja, reembolsos. Nesta conformidade, é reconhecida uma provisão. Por quanto? Para a melhor estimativa dos custos de reembolsos aos clientes, ou seja, 20.000€.

---

<sup>32</sup> Adaptado de IAS 37 - Apêndice C - Exemplo 4



### **3. Estudo comparativo POC/NCRF 21**

Estudados que estão os normativos, para a área contabilística das provisões e contingência, torna-se agora importante estabelecer os pontos de diferenciação e de convergência entre estes.

Segundo o POC (Ponto 2.9): *“As provisões têm por objecto reconhecer as responsabilidades cuja natureza esteja claramente definida e que à data do balanço sejam de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência. O montante das provisões não pode ultrapassar as necessidades. As provisões não podem ter por objecto corrigir os valores dos elementos do activo.”* A NCRF 21 vai muito mais longe.

A NCRF 21 estabelece vários critérios objectivos, para que possamos estar numa situação de reconhecimento de uma provisão. O POC apenas prevê uma definição de carácter generalista e subjectivo. Toda esta temática assume de facto um cariz de elevada subjectividade, no entanto em ambiente POC, essa subjectividade é muito mais elevada.

A norma dá significado à palavra provisão como “um passivo de tempestividade ou quantia incerta”, tendo o cuidado de alertar para o facto de se tratar de um passivo com características especiais, distinguindo-o assim de contas a pagar e acréscimos comerciais. Essas características, resultam do carácter de incerteza, quer na quantia, que no seu momento de liquidação, justificando e concretizando os requisitos de reconhecimento deste tipo de passivo, bem como aqueles que assumem características de contingência.

Também a forma e critérios de mensuração, impostos na norma das provisões se apresentam de diferente forma. A norma refere o reconhecimento pela melhor estimativa

do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço, e apresenta várias maneiras para tratar as incertezas inerentes à quantia do dispêndio futuro.

As várias DC contêm algumas referências a provisões<sup>33</sup>, com inspiração nas IAS/IFRS. Tal situação acontece, naturalmente com as NCRF, devido à sua base de criação terem sido as IAS/IFRS.

A questão da actualização (valor temporal do dinheiro), é tida como relevante pela NCRF, alertando no entanto para o factor da materialidade. Ou seja, este normativo prevê o desconto dos desembolsos que se espera sejam necessários para liquidação de uma obrigação. A este respeito não se encontra no POC qualquer referência. Esta problemática poderá em certos casos assumir elevada importância, no objectivo de conferir às DF um carácter relevância e fidedignidade, características qualitativas definidas na estrutura conceptual.

Como tivemos oportunidade de referir no ponto 2.1., o POC é absolutamente ambíguo no tratamento a dar activos contingentes. A NCRF trata de forma clara e objectiva esta questão.

No que diz respeito ao quadro de contas, o SNC acrescentou novas subcontas, na conta principal de provisões como foram as matérias ambientais, contratos onerosos e reestruturação. Quando for utilizado um valor actualizado, o aumento do valor estimado do dispêndio associado ao efeito de passagem do tempo, deverá ser reconhecido na provisão, tendo como contrapartida “gastos financeiros”.

---

<sup>33</sup> Exemplo já referido das provisões para custo de reparação nos contratos de construção – DC nº 3

Também no que respeita ao momento de anulação das provisões, o procedimento é substancialmente diferente. No POC a conta de reversões era sempre utilizadas para anular ou desreconhecer uma provisão. Por sua vez, no SNC, utiliza-se a filosofia da utilização<sup>34</sup>, ou seja, enquanto no POC o dispêndio é totalmente reconhecido como gasto e a provisão revertida na sua totalidade, no SNC apenas se deverão constituir reversões pelas quantias estimadas em excesso, face ao dispêndio reconhecido no momento da constituição da provisão. No caso, em que essa estimativa seja inferior ao valor do dispêndio estimado, estaremos perante um gasto a ser reconhecido numa conta 6888 – Outros gastos e perdas – Outros não especificados.

Importa referir que em termos de apuramento dos resultados, o valor líquido dos resultados antes de impostos será o mesmo.

Ao nível de valorimetria o POC remete para o modelo do custo histórico, uma vez que a NCRF é sobejamente mais completa definindo vários critérios para diferenciadores, para várias problemáticas.

Para além do exposto, as restantes diferenças prendem-se com a definição de conceitos. Por exemplo, a NCRF define tipologias de obrigações presentes, eventos passados, critérios de aplicação em casos especiais (contratos onerosos, perdas operacionais futuras e despesas reestruturação).

---

<sup>34</sup> Curiosamente esta filosofia era adoptada no POC 1977.

Em termos de divulgações as alterações são, esquematicamente:

**Provisões**

<u>NCRF 21</u>	<u>POC</u>
<ul style="list-style-type: none"><li>- Valor contabilístico no início e no final do período;</li><li>- Provisões adicionais reconhecidas durante o período e aumentos das provisões existentes;</li><li>- Provisões utilizadas e anulação de provisões durante o período;</li><li>- Aumento do valor actual de provisões na sequência da passagem do tempo e efeito de quaisquer alterações da taxa de actualização;</li><li>- Breve descrição da natureza da obrigação e data esperada para a respectiva saída de benefícios económicos;</li><li>- Indicação das incertezas sobre o valor ou data de liquidação da obrigação; e</li><li>- Valor de qualquer reembolso esperado, especificando o valor eventualmente reconhecido.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Critérios de valorimetria utilizados (nota 3);</li><li>- Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no período (nota 34).</li><li>- Critérios de valorimetria utilizados (nota 23); e</li><li>- Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no período (nota 46).</li></ul>

### **Passivos Contingentes**

<u>NCRF 21</u>	<u>POC</u>
<ul style="list-style-type: none"><li>- Descrição da sua natureza; e</li><li>- Quando praticável, estimativa dos efeitos financeiros, indicação das incertezas relacionadas com o momento ou valor de qualquer saída de fluxos financeiros e possibilidade de reembolso.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Valor global dos compromissos financeiros que não figure no Balanço, na medida em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira da entidade (nota 31); e</li><li>- Responsabilidades da entidade por garantias prestadas (nota 32).</li></ul>

### **Activos Contingentes**

<u>NCRF 21</u>	<u>POC</u>
<ul style="list-style-type: none"><li>- Descrição da sua natureza; e</li><li>- Quando praticável, estimativa dos seus efeitos financeiros.</li></ul>	Omisso

#### **4. Principais impactos no relato financeiro**

As provisões implicam à partida determinado risco, mas enquanto obrigações possíveis, não são, no entanto e á partida, garantidos os efeitos que venham a produzir no futuro. Coloca-se aqui o paradigma de balancear o risco da informação com o objectivo da utilidade da mesma para a tomada de decisões.

Ora, como é sabido a problemática das provisões e contingências, enceta riscos, incertezas e um elevado grau de subjectividade, como vimos referindo e observando. A EC do SNC, faz alusão no seu parágrafo 33 a *“Para ser fiável, a informação deve representar fidedignamente as transacções e outros acontecimentos que ela ou pretende representar ou possa razoavelmente esperar-se que represente...”*. Para que este objectivo possa ser cumprido, torna-se necessário que todos os factos patrimoniais sejam correctamente identificados e relevados. Caso contrário, poderão estar em causa as características qualitativas do relato financeiro.

Para tal é necessário garantir em termos práticos, que se possa garantir que o montante das provisões não ultrapasse o valor das necessidades, bem como, que as provisões não caiam no conceito, naturalmente “entranhado” em alguns profissionais, de corrigir valores do activo. Outro factor sobejamente importante, prende-se com o correcto assento contabilístico das operações que envolvam provisões.

É também de relevar que a criação de provisões por valor insuficiente, ou até a sua não criação, conduziram à sobrevalorização dos resultados, e consequentemente à descapitalização da empresa, pois esta sobrevalorização implica a valorização da empresa, de forma “fictícia”. Tal situação compromete a sua avaliação patrimonial, e graves incorrecções na determinação do valor da empresa. Os mais prejudicados com esta

situação serão portanto os demais utilizadores da informação financeira, nomeadamente credores, fornecedores, banca, funcionários, investidores, etc.

Ao longo deste trabalho, fomos referindo as diversas alterações que foram ocorrendo em termos de normativos para o tratamento das provisões. Ora, é no nosso entender muito importante que todos os profissionais e demais intervenientes (caso dos administradores e gestores de empresas), possam correctamente perceber e portanto reflectir esta problemática. Está em causa todos os princípios qualitativos que devem pautar a preparação das DF.

Referir também a importância da introdução da NCRF 21, para além de todos os méritos que vêm sendo enunciados, à um que deverá forçosamente ser reforçado e tem haver com a questão das divulgações, pois parece-nos ser um dos pontos onde esta norma mais reforçou a qualidade do relato financeiro, sobretudo para a questão do relato das contingências.

Aproveita-mos para mostrar na imagem seguinte onde serão encaixadas as provisões, na DR e Balanço:

**Entidade:** \_\_\_\_\_

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

UNIDADE MONETÁRIA  
(1)

PERÍODO FINDO EM XX DE YYYY DE 200N

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Vendas e serviços prestados			
Subsídios à exploração			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos			
Gastos com o pessoal			
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
<b>Provisões (aumentos/reduções)</b>			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos			
Outros gastos e perdas			
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>			
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>			
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
<b>Resultado antes de impostos</b>			
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>			



Entidade: \_\_\_\_\_

UNIDADE MONETÁRIA  
(1)

BALANÇO (INDIVIDUAL ou CONSOLIDADO) EM XX DE YYYY DE 200N

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 XXX N	31 XXX N-1
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis			
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos			
Accionistas/sócios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
<b>Activo Corrente</b>			
Inventários			
Activos biológicos			
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores			
Estados e outros entes públicos			
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber			
Diferimentos			
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários			
<b>Total do activo</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado			
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados			
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período			
Interesses minoritários			
<b>Total do capital próprio</b>			
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
<b>Provisões</b>			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos			
Accionistas/sócios			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
<b>Total do passivo</b>			
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>			

Fonte: Portaria n.º 986/2009 de 7 de Setembro

## **5. Análise aos impactos fiscais (NCRF 21)**

Com a introdução do SNC, a administração fiscal viu-se obrigada a actualizar, os normativos que suportam a tributação dos rendimentos empresariais em Portugal. Surge assim o DL n.º 159/2009 de 13 de Julho, trazendo consigo várias alterações à forma, como até então se procedia ao apuramento do lucro tributável. Para além dessas alterações foi também necessário actualizar todo o léxico, adaptando-o ao SNC.

Refira-se que no que se relaciona com a questão das provisões, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) não havia sofrido qualquer alteração aquando da sua última actualização do POC em 2005. Ou seja, os ajustamentos activos, foram ainda considerados provisões, até ao termo do ano 2009 (aquando da introdução do SNC e das alterações ao Código do IRC).

Actualmente, o artigo do CIRC que tem no seu conteúdo o tratamento das provisões<sup>35</sup> é o 39.º, que a seguir transcrevemos:

“1 - Podem ser deduzidas para efeitos fiscais as seguintes provisões:

- a) As que se destinem a fazer face a obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso por factos que determinariam a inclusão daqueles entre os gastos do período de tributação;
- b) As que se destinem a fazer face a encargos com garantias a clientes previstas em contratos de venda e de prestação de serviços;
- c) As provisões técnicas constituídas obrigatoriamente, por força de normas emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal, de carácter genérico e abstracto, pelas empresas de

---

<sup>35</sup> As provisões tratadas por outras normas como por exemplo contratos de construção, são tratados por outros artigos.

seguros sujeitas à sua supervisão e pelas sucursais em Portugal de empresas seguradoras com sede em outro Estado membro da União Europeia;

d) As que, constituídas pelas empresas pertencentes ao sector das indústrias extractivas ou de tratamento e eliminação de resíduos, se destinem a fazer face aos encargos com a reparação dos danos de carácter ambiental dos locais afectos à exploração, sempre que tal seja obrigatório e após a cessação desta, nos termos da legislação aplicável.

2 - A determinação das provisões referidas no número anterior deve ter por base as condições existentes no final do período de tributação.

3 - Quando a provisão for reconhecida pelo valor presente, os gastos resultantes do respectivo desconto ficam igualmente sujeitos a este regime.

4 - As provisões a que se referem as alíneas a) a c) do n.º 1 que não devam subsistir por não se terem verificado os eventos a que se reportam e as que forem utilizadas para fins diversos dos expressamente previstos neste artigo consideram-se rendimentos do respectivo período de tributação.

5 - O montante anual da provisão para garantias a clientes a que refere a alínea b) do n.º 1 é determinado pela aplicação às vendas e prestações de serviços sujeitas a garantia efectuadas no período de tributação de uma percentagem que não pode ser superior à que resulta da proporção entre a soma dos encargos derivados de garantias a clientes efectivamente suportados nos últimos três períodos de tributação e a soma das vendas e prestações de serviços sujeitas a garantia efectuadas nos mesmos períodos.

6 - O montante anual acumulado das provisões técnicas, referidas na alínea c) do n.º 1, não devem ultrapassar os valores mínimos que resultem da aplicação das normas emanadas da entidade de supervisão.”

Encontramos aqui duas alterações significativas, a primeira prende-se com a possibilidade vertida no n.º 1, al. b) do Art.º 39º, de serem considerados como custo para efeito da determinação da matéria colectável, os montantes dos encargos que se destinem a fazer face às garantias prestadas a clientes em contratos de venda ou prestação de serviços. A

segunda tem a ver com a inclusão da obrigação da provisão pelo seu valor presente, situação que se encontra contemplada na NCRF 21.

A forma de cálculo da provisão para garantias a clientes, encontra-se exposta no nº5 do mesmo artigo, ditando que a mesma deverá ser determinada pela aplicação às vendas e prestações de serviços sujeitas a contratos de garantia, de uma percentagem não superior àquela que resultaria da proporção entre a soma dos encargos derivados de garantias a clientes efectivamente suportados nos últimos três períodos de tributação, e a soma das vendas e prestações de serviços sujeitas a garantia efectuado nos mesmos períodos.

Importa no entanto referir que este não terá de ser forçosamente o critério a ser seguido em termos de preparação de DF. Bem pelo contrário, os responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras, deverão encontrar a melhor fórmula, respeitando o preceituado na NCRF 21, de reflectir este tipo de situações nas suas contas.

Para todas as outras provisões até agora estudadas, o procedimento análogo, inclusive para aquelas que tão pouco se encontram tipificadas pela legislação fiscal.

Nesse caso haverá no entanto necessidade de efectuar as devidas compensações, ou seja, quando estivermos perante provisões reconhecidas contabilisticamente, que não possam ter a respectivo reflexo fiscal, dever-se-á proceder à respectiva correcção fiscal, acrescendo o seu valor ao Quadro 07 (Q 07), da modelo 22. O movimento inverso, ou seja, a dedução no Q 07 da modelo 22, deverá ser efectuado aquando da utilização ou reversão da dita provisão.

## **Conclusão**

A normalização da temática das “provisões e contingências”, foi durante muitos anos uma temática um pouco esquecida. Tal situação terá conduzido a anos de preparação errónea de DF, com correspondentes omissões, as quais agora serão superadas com as normas em vigor.

A NCRF 21, acredita-se, poderá vir a revolucionar o tratamento a dar às provisões, passivos contingentes e activos contingentes.

Certo é que o carácter subjectivo desta matéria, dará sempre espaço aos profissionais da área, a possibilidade, tendo como argumento a ambiguidade, para a sua não aplicação, ou aplicação deficiente.

A NCRF 21 obriga à mentalização e inclusão de novos conceitos e sobretudo novos princípios contabilísticos, que não se encontravam incluídos no POC.

A crescente evolução normativa será assim de avultada importância na percepção e enriquecimento qualitativo das demonstrações financeiras. O caso das contingências será por ventura a maior evidência desse mesmo facto. Muito se evoluiu com o intuito de reforçar a qualidade das demonstrações financeiras, sendo que tal situação adveio da corrente de harmonização, que necessariamente foi imposta à contabilidade, pelos motivos já descritos.

No estudo realizado tivemos oportunidade de descrever que o processo harmonizativo nem sempre foi pacífico, no seio da Comunidade Europeia. De facto foram várias as barreiras que se foram levantando no que concerne a este assunto.

No entanto em Portugal foi dado um enorme passo quando em 2010, se adoptou o SNC, convergindo assim com o processo desenvolvido de âmbito Europeu, com vista à necessidade da harmonização contabilística.

O nosso estudo assentou, inicialmente, na percepção histórica dos acontecimentos que envolveram o processo harmonizativo, explanando de forma concisa a evolução efectuada a nível comunitário e a nível nacional.

Posteriormente, fizemos um estudo exaustivo aos normativos POC e NCRF 21, tendo em consideração uma lógica comparativa, para que assim se pudesse estabelecer os pontos de convergência e de divergência entre estes normativos.

De facto a principal conclusão que podemos retirar, é que a norma NCRF 21 nos dá muito mais informação e é muito mais completa no tratamento destas questões. Para aplicação de casos práticos a base normativa, enceta um grau qualitativo muito superior.

Analizamos também os impactos decorrentes da introdução na NCRF 21, em termos de relato financeiro, e em termos fiscais. Problemática muito importante, uma vez que é ainda patente em Portugal a mentalidade da “contabilidade para o fisco”. Esta é sem dúvida uma daquelas temáticas dentro da contabilidade em que será importante que os preparadores da informação financeira, saibam dissociar.

Parece-nos que seria boa ideia, num futuro próximo, três a quatro anos, que se pudesse estudar em termos práticos a aplicabilidade desta norma.

## **Bibliografia**

**BENTO**, José; **MACHADO**, José Fernandes, (2005), Plano Oficial de Contabilidade Explicado, Porto: Porto Editora. ISBN: 972-0-01226-9

**CARMO**, Cecília, (2005), “Provisões” no POC – alterações introduzidas pelo DL nº 35 de 17/02, TOC, Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, nº 63

**COSTA**, Carlos Baptista da; **ALVES**, Gabriel Correia, (2008), Contabilidade Financeira, 7ª Edição, Lisboa: Publisher Team. ISBN: 989-601-012-9

**OLIVEIRA**, Jonas da Silva, (2006), Relato Financeiro sobre provisões, passivos contingentes e activos contingentes: o caso português, Revista Contabilidade e Gestão nº 4 de Março 2007, p. 19-66, Lisboa: CTOC. ISSN: 1646-2750

**PIRES**, Amélia Maria Martins; **RODRIGUES**, Fernando José Peixinho Araújo, (2005), CONTABILIDADE – Da evolução contabilística na UE ao Decreto-Lei nº 35/2005, Revista OROC nº 31 de Dezembro 2005

**POC**, (2005), Plano Oficial de Contabilidade, Edição actualizada do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, 4ª Edição, Lisboa: Áreas Editora

**RODRIGUES**, João, (2009), Sistema de Normalização Contabilística Explicado, Porto: Porto Editora. ISBN: 978-972-0-32643-0

**SILVA**, Eduardo Manuel Lopes de Sá e, (2008), Norma Internacional de Contabilidade [NIC 37]; provisões, passivos contingentes e activos contingentes, in: Revista Fiscal nº 7/8, p. 19-21

**SILVA**, Eduardo Manuel Lopes de Sá, (2004), Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) Abordagem Teórica e Prática, Porto: Vida Económica. ISBN: 972-788-125-4

**CNC** – Comissão de Normalização Contabilística. Consulta de diversos normativos contabilísticos. [consul. Dez. de 2009 a Out. 2010]. Disponível na www: URL: <http://www.cnc.min-financas.pt/>

**OROC** – Consulta de diversos artigos científicos. [consul. Julho a Outubro de 2010]. Disponível na www: URL: <http://www.oroc.pt/revista/>

**OTOC** – Consulta diversos artigos científicos. [consul. Dez. de 2009 a Out. de 2010]. Disponível na www: URL: <http://www.otoc.pt>

**PORTAL DAS FINANÇAS** – Código imposto sobre rendimentos pessoas colectivas. [consul. Set. e Out. 2010]. Disponível na www: URL: <http://www.portaldasfinancas.gov.pt/pt/home.action>